

Vol XXV, Núm 2, jul-dez, 2020, pág. 159-193.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO CONTEXTO AMAZÔNICO – reflexão sobre o desafio do respeito aos direitos educacionais dos cidadãos brasileiros

Cristóvão da Silva Neves
Annanda Rayane Santos de Azevedo
Adriana Francisca de Medeiros
Suely A. do N. Mascarenhas

Resumo: A educação escolar é um direito humano e um direito fundamental da cidadania brasileira independentemente da idade ou local de residência. Sob uma perspectiva reflexiva, este artigo tem como objetivo analisar como se apresenta a Educação de Jovens e Adultos na Educação do Campo no contexto Amazônico, mas especificamente no Estado do Amazonas, a partir de uma revisão bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, tecemos uma reflexão a respeito da Educação do Campo, que a partir de movimentos sociais e sindicais reivindicou uma Educação inclusiva e igualitária para a comunidade do campo, conquistando seu espaço no âmbito nacional. Discute de que forma é realizada a educação no campo no contexto amazônico e suas especificidades e realidades. O mesmo também retrata as dificuldades e perspectivas vivenciadas pela EJA, além da fragilidade de Políticas Públicas para essa modalidade educacional que atende jovens e adultos, que há tempos são deixados à margem da sociedade e vistos de maneira discriminatória. O que se configura como evidente desrespeito aos direitos humanos e da cidadania brasileira por parte das instituições responsáveis pela gestão da educação escolar pública em sentido amplo.

Palavras-chave: Educação escolar do Campo, EJA, Contexto Amazônico. Direitos humanos. Cidadania.

EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS FROM COUNTRYSIDE IN THE AMAZONIAN CONTEXT – A reflection about the challenge in respecting the educational rights of Brazilian citizens

Abstract: The scholar education is a human right and a fundamental right of Brazilian citizenship independently of the age or place of residence. Under a reflexive perspective, this article aims to analyze how the Education of Youth and Adults (EYA) in the Education of the Countryside looks in the amazonian context, specifically in the State of Amazon, as from a bibliographic review, with a qualitative approach, we weave a reflection about countryside education, that from a social and union movements claimed an inclusive education and egalitarian to the countryside community, winning its place in the national scope. This article discusses in which form is realized the education in the countryside in the amazonian context and their specificities and realities. It also portrays the challenges and perspectives experienced by EYA, beyond the fragilities of public politics to this educational modality that contemplates youth and adults, that there are times they are left on the sidelines of the society and seen in a discriminatory way. What is configured as an evident disrespect to the human rights and Brazilian citizenship by institutions in charge of the management of public scholar education in a wide sense.

Keywords: Scholar Education of Countryside, EYA, Amazonian Context. Human Rights. Citizenship.

EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS: REVISITANDO CONCEITOS E SITUANDO REALIDADES

Nos caminhos desse rio, muita história pra contar, navegar nessa canoa é ter um mundo pra se entranhar, cada canto esconde um conto, cada homem e mulher tem a fé, a força, a história pra contar pra quem quiser (música Caminhos de Rio, de Raízes Caboclas).

A atual Constituição Brasileira (1988) garante o acesso à escola a todos e, neste sentido, inclusive àqueles que, por vários fatores em suas trajetórias de vida, tiveram o percurso escolar interrompido ou que não conseguiram, por inúmeras razões, permanecer na escola na idade regular prevista no sistema de ensino.

Em conformidade com a Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 garante no seu Art. 37 que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

São inúmeras as razões pelas quais os jovens e adultos não conseguem concluir a Educação Básica e conseqüentemente ingressam na EJA. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2017 deixam claro quem a escola abandonou: sete em cada dez brasileiros sem Ensino Fundamental completo têm renda familiar de até um salário mínimo. No Nordeste, 52,6% dos brasileiros sequer concluíram o Fundamental, enquanto no Sudeste, 51,1% têm pelo menos o Ensino Médio. As pessoas brancas têm 2 anos a mais de escolarização em relação às pretas e pardas e mais chances de chegar ao nível superior: 22,2% contra 8,8%.¹

Em uma breve análise dos dados apresentados observamos que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos é o retrato das desigualdades sociais do nosso país e essas se agravam quando nos referimos a população do campo.

Segundo dados do Plano Estadual de Educação do Amazonas- PEE (2015)- No que tange à população do campo da faixa etária de 18 a 29 anos, a escolaridade média no Brasil é de 7,8 anos, na Região Norte é de 7,3 anos e no Estado do Amazonas é de 7,1 anos.

¹ Dados retirados do site: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>

Quando nos referimos à Educação de Jovens e Adultos, nos vem ao pensamento uma reflexão que vai além da questão educacional. Segundo o Conselho Nacional de Educação:

[...] os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito. (CNE, 2001, p.11)

Logo, podemos dizer que a EJA é composta por um universo heterogêneo de diferentes faixas etárias de rendas e oriundos das classes populares que buscam nessa modalidade de ensino se qualificar e satisfazer suas necessidades pessoais e profissionais.

Entre entradas e saídas das escolas por vários motivos, sendo alguns deles: a paternidade ou maternidade precoce, as condições socioeconômicas, o difícil acesso à escola, a necessidade de ter que trabalhar e ajudar no sustento em casa e etc...os alunos da EJA depois de peregrinarem por muitas escolas, em especial pela “Escola da Vida” procuram concretizar um sonho, que é adquirir o Diploma da Educação Básica, ou pelos menos serem alfabetizados, pois se sentem envergonhados por estarem inseridos nas estatísticas que os discrimina e os exclui colocando as margens da sociedade.

Segundo a autora Paula:

As últimas três décadas não foram suficientes para trazer a frente quase 500 anos de abandono e equívocos: as políticas públicas ainda reverberam o imaginário de campanhas de alfabetização em processos acelerados de escolarização; o financiamento dos diferentes segmentos e modalidades da educação é alvo de recursos diferenciados; as práticas pedagógicas e os materiais didáticos ainda refletem uma concepção assistencialista e infantilizada dos educandos adultos. Os desafios de alfabetizar os brasileiros ainda pertencem a cerca de 14,2 milhões que são considerados analfabetos. Sob esse aspecto, diferenças regionais ainda é uma marca. Segundo dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil, as regiões mais pobres e periféricas são aquelas que concentram os maiores índices de analfabetismo. (2012, p. 19).

Além dos desafios encontrados, é necessário ressaltar que nunca houve uma preocupação no país para enfrentar as realidades assumindo o compromisso com a construção de um país com menos desigualdade.

A Educação de Jovens e Adultos simboliza para muitos desses indivíduos a possibilidade de iniciar ou reiniciar os estudos, readquirindo o tempo que ficou afastado da escola pelos mais diversificados motivos. No Brasil, segundo dados do Censo

Escolar de 2017, 30% dos alunos da EJA têm entre 15 e 19 anos². A presença de adolescentes e jovens neste espaço apresenta inúmeros motivos, as mais evidentes são a necessidade de trabalhar no período diurno ou a distorção idade – série.

Com o problema da distorção idade – série³ os alunos são “convidados” a se matricularem da EJA nas redes municipais e estaduais, para resolver o problema. O perfil desse grupo incentivado a migrar para EJA são alunos maiores de 14 anos, na maioria das vezes considerada com dificuldades de aprendizagem, indisciplinados ou que apresentam alguma deficiência e não consegue aprender no sistema de ensino regular. Nesse contexto, a EJA torna-se um espaço de “inclusão” e diversidade, o que também se configura um desafio para os professores desta modalidade.

Uma característica do (a) aluno (a) é a sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimento de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem. (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006 p.16)

Por isso, talvez, essa modalidade de ensino seja miscigenada por sujeitos que fazem parte de comunidades periféricas e de comunidades do campo, que avistam na escola a oportunidade de se ausentar desse contingente de analfabetos rotulado como parte expressiva da sociedade menos assistidas no território nacional e o processo de exclusão foi e ainda é amplo, perverso e superior a outros lugares.

DA EDUCACAO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO

É necessário esclarecer que o conceito de Educação do Campo, não pode ser comparado com o de Educação Rural, pois cada uma apresenta suas especificidades. A Educação do Campo se conceitua na garantia do trabalhador/a do campo o direito a educação acordando com suas particularidades culturais e específicas de vida e luta diária.

² Site: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>

³ A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles. <https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/distorcao-idade-serie/>

Segundo Amaral (2007), falar sobre Educação do Campo é:

Falar em educação do campo é pensar numa educação voltada para os atores sociais que vivem no campo, uma educação diferenciada que atenda a demanda desta população, com métodos e formas de lidar com esta realidade de uma forma especial. Não se pode esquecer que a vida no campo e, no caso, de um assentamento de reforma agrária, tem todo seu significado, cada indivíduo possuindo uma história de vida, uma história de luta particular, que não pode ser ignorado. (AMARAL, 2007, p.27)

A expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre “[...] o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. (FERNANDES *al.* 2004, p. 25). Para Molina *apud* Amaral (2010), as correntes da Educação Rural são mais conservadoras, onde seus pensamentos são latifundista empresarial. Esse modelo de Educação está desvinculado da cultura e da familiaridade que as pessoas do campo possuem com a natureza e com os outros seres humanos.

A Educação Rural é considerada uma Educação Precária, com pouca qualidade e recursos, colocada como resíduo da Educação Urbana, ou seja, na sua trajetória a escola do meio rural vem sendo considerada, segundo Arroyo (1982, p.01) “um apêndice dos Projetos Sociais” A esse entendimento como escola rural se colocava como urgente e necessária a construção de outro conceito para os trabalhadores do meio rural.

Durante muito tempo o homem do campo foi visto como modelo de atraso na trajetória da Educação Rural e a política educacional se organizava de acordo com os interesses capitalistas dominantes em cada conjuntura. Leite (1999), aponta o papel do Estado no desenvolvimento da expansão rural, além da preocupação do atraso da Educação que permeava o Brasil no início do século XX. Na década de 1960, Freire “(...) revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos” (Leite, 1999, p. 43).

A Educação Rural é considerada uma Educação Precária, com pouca qualidade e recursos, colocada como resíduo da Educação Urbana, ou seja, na sua trajetória a escola do meio rural vem sendo considerada, segundo Arroyo (1982, p.01) “um apêndice dos Projetos Sociais” A esse entendimento como escola rural se colocava como urgente e necessária a construção de outro conceito para os trabalhadores do meio rural.

Conforme apresentam os estudos de Silva (2008) existe uma ideologia que apresenta mesmo que de forma indireta representações ideológicas onde o campo é

percebido de forma marginalizada, lugar de atraso e a cidade um espaço de privilégio e desenvolvimento, o que vai de consonância com a afirmação do autor Silva (2007) quando o mesmo diz que,

[...]ultimamente, porém, o Estado Nacional parece estar se dando conta de que não é possível desenvolver o campo sem que haja uma mobilização na área educativa capaz de escolarizar os trabalhadores da agricultura e seus filhos. Tal constatação, todavia, ainda não permitiu ao Estado Nacional forjar uma política pública capaz de apontar saídas para que seja construída uma política estatal para a educação que leve em consideração as peculiaridades do campo (p. 39.).

A chegada das Escolas-Famílias Agrícolas (EFAs) na década de 1960 ao Brasil e com as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRs) ocorridas em Pernambuco e Alagoas se estendendo para Região Sul nos anos de 1989 e 1990 (ANDRADE & DI PIERRO, 2004), proporcionou o desenvolvimento da Pedagogia da Alternância, caracterizada por um projeto pedagógico que reúne atividades escolares e outras planejadas para desenvolvimento na propriedade de origem do aluno.

As questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST (Movimento Sem Terra), nos anos de 1980. Com poucas escolas e o trabalho com conteúdo caracterizados pela ideologia de um Brasil urbano fizeram com que o movimento social (MST) iniciasse novas experiências e produzisse novos documentos apresentando as necessidades e possibilidades na construção de uma nova Política Pública de Educação do Campo.

O movimento social (MST) questionava o paradigma da educação Rural, propondo a Educação do Campo como um novo modelo para orientar as Políticas Públicas e práticas Pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo. Além disso, questionava, em particular, os interesses das classes dominantes apresentados na Educação Rural e, também, as contradições do modelo de produção capitalista.

Nos últimos anos a Educação do Campo vem conquistando seu lugar no âmbito Nacional. As ações de movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais tem expressado uma nova concepção quanto ao campo, ao camponês e ao trabalhador rural, fortalecendo ainda mais a luta de classes em torno da Educação. Simultaneamente a Educação do Campo valoriza as práticas sociais do camponês, enfatizando que o campo

é ambiente de trabalho, lazer, moradia, sociabilidade e identidade, sendo um lugar com possibilidades de desenvolvimento sustentável.

A Educação do Campo vem se constituindo no Brasil, desde o final da década de 1990, conceitualmente, politicamente e ideologicamente, que parte da crítica da concepção de Educação Rural. O principal conceito da Educação do Campo surge pelos movimentos sociais do campo, em parcerias com ONGs, Universidades Brasileiras e Órgãos Públicos. Fernandes (2002, p. 97) afirma:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

A inclusão da Educação do Campo surge na Agenda Política e na política Educacional a partir da LDB 9394/96 no seu artigo 28 afirmando a possibilidade de adequação curricular e metodologias adequadas ao meio rural; flexibilização e da organização escolar adequando-se ao calendário escolar.

A luta pela Educação do Campo, configura-se mais precisamente em 1997, com a realização do Primeiro Encontro Educacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária-ENERA, cujo discutiu algumas experiências que vinham colaborar para a implementação de Políticas Públicas educacionais voltadas para o campo. A I Conferência “Por Uma Educação Básica do Campo”, foi realizada no ano seguinte, em contexto de crise do desemprego e êxodo rural, contribuindo na reação do homem do campo, que buscava alternativas econômicas e políticas para suas vidas.

A educação do campo vem conquistando seu espaço nos debates políticos municipais, estaduais e federais. De maneira significativa, essas conquistas buscam pautar suas discussões e reivindicações com vistas a formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Com o pensamento voltado para a melhoria da vida no campo, em 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA pela Portaria Nº. 10/98, por meio do Ministério Extraordinário de Política Fundiária,

vinculado ao Gabinete do Ministro. O mesmo programa foi incorporado em 2001 ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O PRONERA surgiu a partir das reivindicações lideradas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e movimentos sociais que buscavam a ampliação da escolarização dos camponeses em níveis de ensino diferentes. O programa tem como objetivo “fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável”. (PRONERA, 2004, p.17).

Todos os programas implementados no PRONERA utilizam metodologia voltadas para a contribuição de condições de vida da comunidade que vive no campo, entendendo que a mesma tem suas especificidades devendo ser respeitadas, por isso que o programa cria projetos para pôr em práticas as reflexões teóricas da Educação do Campo.

Os projetos de convenio com o PRONERA que atuam na Reforma Agrária atendem a demanda de: Alfabetização e escolarização de jovens e adultos; Capacitação de educadores; Formação de professores em nível superior nas licenciaturas; e Formação profissional de nível superior ou técnico integrado à escolaridade do ensino médio.

A proposta defendida pelo PRONERA, pauta-se em uma educação voltada para a população do campo que, de acordo com Alves e Araújo (2009):

“Aprendemos a defender práticas educativas do campo que respeitemos seus educandos enquanto trabalhadores da terra, enquanto sujeitos de transformações sociais, detentores de diferentes práticas e de diferentes culturas e finalmente como sujeitos de direitos [...], em parceria com os educadores e coordenação geral e local, que visasse à valorização da cultura de seus sujeitos com o intuito de reconstruir e fortalecer a identidade dos camponeses e que a escola fosse um espaço de fortalecimento dessas culturas” (p.6).

Tal afirmação nos dirige ao pensamento da amplitude que este programa pode apresentar proporcionando a capacitação, garantindo uma configuração mais eficaz, a prática do ensino e o fortalecimento de suas atividades. A partir do impacto desse programa, em termos da utilidade resultada de seus participantes é necessário estudar como aproveitar de maneira positiva sua estrutura e experiência e prover a eles uma qualidade maior no resultado fornecido pelos mesmos.

Em síntese, a mudança da expressão de educação rural para educação do campo busca superar o sentido tradicional da escola rural, que é um projeto externo ao movimento camponês. A educação do campo tem como objetivo valorizar os trabalhadores rurais e promover o respeito à cultura relacionada à vida no campo.

No que concerne a educação do campo no Estado do Amazonas considerar nas propostas e políticas a heterogeneidade, que vem se expressar nos vários aspectos: socioculturais, ambientais e linguísticos para que sejam asseguradas as identidades culturais das populações que vivem na região. (HAGE,2011). Entre os principais traços característicos dessa heterogeneidade segundo esse autor , está o campo produtivo, O campo ambiental, O campo sócio- cultural e o campo educacional .

Corroborando com esse pensamento Vasconcelos (2017, p.225) afirma que

As políticas públicas de Educação do Campo no Amazonas precisam se articular às identidades culturais e políticas, às formas de produção da vida, por meio do trabalho, e às formas de resistência desses povos para garantir o uso coletivo dos territórios de pertencimento, no caso do Amazonas, territórios das águas, das florestas e das terras.

Ao discutirmos a educação, principalmente a educação do campo no contexto amazônico, nos deparamos com uma temática desafiadora, levando em consideração a amplitude de suas riquezas, cultura e tudo que se faz significativo para esse povo.

Para tentarmos entender a complexidade do contexto amazônico não basta olhá-la de cima, é preciso envolver-se com sabedoria, e ter conhecimento que todo um sistema está interligado e relacionado entre si. Não se pode pensar em uma educação do campo que seja meramente compensatória e passageira, devemos ter políticas de Estado que possam assim, colaborar para redesenhar a imagem de nossas escolas do campo, políticas que sejam mecanismos para a construção de uma educação que permita que o educando do campo tenha acesso a uma educação de qualidade, sempre levando em conta as suas peculiaridades.

O Estado do Amazonas contabiliza 3. 637 (três mil trezentas e trinta e sete)⁴ escolas do campo, com a seguinte distribuição de matrículas :

⁴ Dados do Censo Escolar da Floresta https://www.qedu.org.br/estado/104-amazonas/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=

Tabela 01

MATRICULAS - EDUCACAO DO CAMPO NO ESTADO DO AMAZONAS					
CREC HE	PRÉ- ESCOLAS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	E. MEDIO	EJA
5.198	28.441	104.797	70.083	33.006	17.948

O significativo número de alunos no Ensino Fundamental I em comparação as demais etapas da Educação básica, pode ser explicada a partir de diversos fatores entre eles: as políticas de universalização do ensino fundamental no Brasil, implantadas pelos governos nas últimas décadas, a competência administrativa está nas secretarias municipais de educação, dessa forma mais próxima as comunidades e as políticas de formação de professores em cursos de magistério e de pedagogia, são estes responsáveis em administrar aulas para esse segmento. O déficit na formação dos professores nas áreas específicas como biologia, matemática, física, química, talvez explique o abismo existente entre o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e os matriculados no Ensino Médio.

Ao analisarmos o Plano Estadual de Educação do Amazonas (2015) verificamos que um dos pontos frágeis da estrutura educacional mencionado no documento é :

A grande defasagem de formação específica para profissionais – professores, gestores, especialistas e de apoio – para atender demandas educacionais específicas como educação especial, educação indígena, educação e diversidade, **educação do campo** e educação e ressocialização; (PEE/AM, 2015, p. 113)

Outro ponto que merece destaque no citado plano é a ação 9.29 da Meta 09 (Alfabetização e analfabetismo) que prever:

Reverter o fechamento das escolas do campo, retomando a ampliação da oferta educativa de qualidade para adolescentes, jovens, adultos e idosos, próximas aos locais de moradia, bem como assegurar a permanência das escolas do campo com recursos financeiros, humanos e valorização da identidade do campo (PEE/AM, 2015, p.85)

O PEE/AM não destina uma meta específica para a educação do campo, no entanto é possível perceber que esta é contemplada na maioria das ações elaboradas. É necessário reconhecer que no campo da legislação houve um significado avanço, mesmo que não haja muita inovação a leis aprovadas anteriormente, no entanto se faz necessário se avançar na efetividade do que cita a legislação.

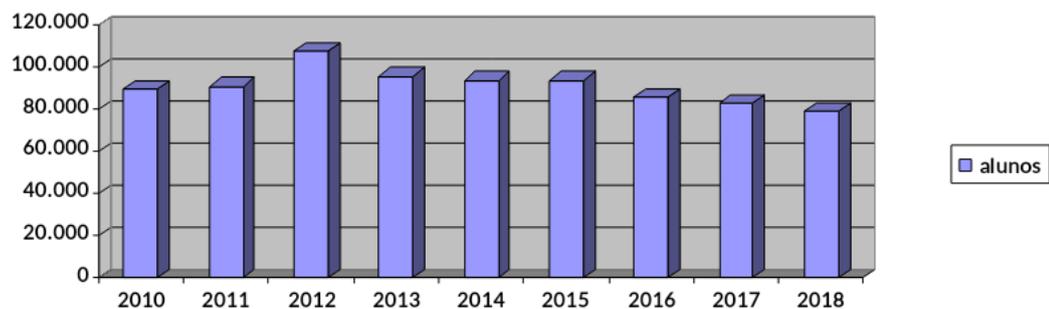
A busca pela formação escolar é um dos direitos mais importantes que todos os cidadãos devem exigir do Estado, de forma que a educação do campo no contexto amazônico não fica alheia a esses direitos, e se faz necessário esforços de ambas as partes para que essas populações saiam dessa posição de excluídos e sejam protagonistas de suas histórias, levando em consideração todo o contexto onde estão inseridos e suas necessidades.

A EJA NA EDUCACAO DO CAMPO: A REALIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

De acordo com o Censo de 2018⁵ o Estado do Amazonas tem matriculado na Rede Pública de Ensino na modalidade de EJA, 78. 889 (setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove) estudantes em 1. 169 (mil cento e sessenta e nove) escolas, destas 821 (oitocentos e vinte uma) estão localizadas no campo, com 18. 043 (dezoito mil e quarenta e três) alunos.

Os dados estatísticos da pesquisa educacional vêm apresentando um decréscimo no número de matrículas na EJA no Estado do Amazonas, vejamos,

Gráfico 01



A redução no número de matrícula, pode está relacionada, a diversos fatores, entre estes, ao corte dos recursos financeiros destinados a essa modalidade de ensino, a extinção da política do PNLD EJA (Programa Nacional de Livros Didático para Educação a Educação de Jovens e Adultos) que distribuía livros para EJA, sendo que as últimas escolhas foram realizadas em 2013 para o Ensino Fundamental e 2014 para o Ensino Médio, considerando que o tempo de utilização são de 03(três) anos, as

⁵ Dados retirados do Censo escolar da Floresta

escolhas para o Ensino Fundamental deveria ter sido feita em 2015 e do Ensino Médio em 2016⁶ e a crise econômica no país agravada a partir de 2016, que conseqüentemente atinge mais as classes populares que provoca a migração para outros lugares, o desemprego, aumento na carga de trabalho e a inserção no mercado informal, o que conseqüentemente ocasiona evasão escolar.

É perceptível também uma ampliação nas matrículas na EJA a partir de 2012, esse aumento pode está relacionado entre outras coisas, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC em 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar, e democratizar a oferta de cursos de educação profissional. O programa nasceu para atender, prioritariamente, aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, aos trabalhadores e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

No tocante a EJA na educação do campo o Censo (2018) ainda apresenta informações das condições da infraestrutura física das escolas. Segundo os dados 46% das escolas não fornecem água filtrada; 11 % tem água por via rede pública; 51% tem energia fornecida via rede pública; 0% tem rede de esgoto público e 11% tem coleta de lixo periódico.

Ao analisar esses dados percebemos claramente o enquadramento dessa população no perfil da exclusão escolar e os desafios educacionais que enfrentam estudantes e professores desta modalidade.

Em relação às dependências das escolas da EJA no campo, 13% possuem bibliotecas; 11% laboratórios de informática; 3% sala de leitura; 4% quadra de esporte; 42% sanitário dentro do prédio da escola e 36% com sanitário fora da escola.

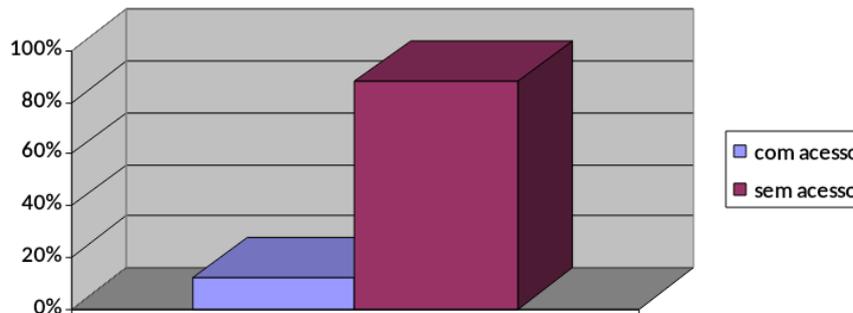
Para que se efetive um ensino de qualidade é necessário que a escola ofereça condições de funcionamento, não se faz educação apenas com quadro e giz. Embora o professor esteja comprometido com a sua profissão, muitas vezes não conseguem alcançar seus objetivos, por falta de apoio pedagógico, da escassez de material didático e precárias condições estruturas físicas.

Nas últimas décadas é crescente o uso de novas tecnologias nas salas de aulas, com acesso através da internet, isso se torna cada vez mais comuns, especialmente nas

⁶ O que vem ocorrendo são os repasses das reservas técnicas das últimas escolhas

escolas dos centros urbanos, no entanto, nas escolas do campo esta realidade ainda não se faz presente, especialmente na EJA no Estado do Amazonas, como mostra o gráfico

Gráfico 02



Apenas 12% das escolas do campo que atuam com modalidade da EJA, tem acesso a internet. Com relação a equipamentos 25% possuem TV; 7% máquina copiadora; 20% impressora e 20% Aparelho de DvD.

Após esse breve mapeamento foi possível diagnosticar algumas dificuldades que acompanham a Educação de Jovens e Adultos do campo. No entanto sabemos que existem inúmeros desafios, como as condições sócios econômicas do alunado.

Os jovens e adultos que vivem no campo apresentam condições econômicas que muitas vezes não dá para suprir as necessidades básicas, motivo que faz desencadear um dos problemas mais sérios da EJA – a evasão, abandonam a escola, ou são abandonados pela escola atuarem no trabalho braçal do campo. Outro motivo que contribui para que a população da área rural tenha um déficit de escolarização é a ausência de escolas de Ensino Medieio no campo, fazendo com que os alunos do campo parem naquele nível de ensino, mesmo os que desejam dar continuidade nos estudos.

Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem de modo geral, apenas o básico a sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm). O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades as quais participam, ligados, muitas vezes, as igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informações. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua. (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006 p.15)

Os sujeitos que freqüentam as turmas da EJA nas escolas do campo no Estado do Amazonas também apresentam condições similares, pouca escolaridade, baixo poder

aquisitivo, pequenos agricultores, pescadores, extrativistas, garimpeiros que lutam para sobreviver em um cenário de exclusão econômica, política e social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer a respeito de algumas considerações sobre a EJA no Amazonas e no Brasil, observou-se que essa modalidade de ensino traz em sua trajetória avanços no campo da legislação e estagnação de uma política educacional efetiva.

Observamos a partir das análises que a questão da qualidade da Educação do Campo para os movimentos sociais é colocada de maneira indispensável em favor da conquista da terra.

No que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos nos espaços de Reforma Agrária vista como uma grande conquista dos movimentos sociais valorizando a realidade do campo, é perceptível que ainda há muitos desafios para serem vencidos obstáculos para serem ultrapassados para que as três funções da EJA sejam materializadas, em especial a Equalizadora, segundo o ponto de vista da Educação do Campo.

E diante do panorama apresentado do PEE/AM (2015-2025), o desafio atual é possibilitar o fortalecimento do movimento camponês para reivindicar as ações previstas no plano.

Ademais, é importante que Educação de Jovens e Adultos seja propriedade para as políticas públicas do Estado. No entanto, só será possível se abordadas questões nas agendas de prática social, administrativa e conseqüentemente pedagógica.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação do Amazonas** - PEE-AM 2015-2025, 2015a. Disponível em: <http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/> . Acesso em: 20 jan. 2020.

AMARAL, Débora Monteiro do. **Educação em Assentamento de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara)**. 2007. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação e Metodologia de Ensino, 2007.

ANDRADE, M.R.; DI PIERRO, M.C. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**: dados básicos para uma avaliação. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/ 92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 104p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

COSTA, Elisabete; ÁLVARES, Sonia Carbonell; BARRETO, Vera. **Alunos e Alunas da EJA**. Trabalho com educação de jovens e adultos. Brasília, 2006.

FERNANDES, B.M.; CERIOLI, P.; CALDART, R.S. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

MOLINA, M.C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA: Manual de Operações**. Brasília, INCRA, 2004.

PAULA, Cláudia Regina. **Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida**. – Curitiba: Inter saberes, 2012.

SILVA, Giane Maria. **Concepções de Leitura em Práticas de Letramento na Educação e Jovens e Adultos do Meio Rural**. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Gilmar Pereira da. **Educação do Campo na Amazônia: uma experiência**/Organizadores: Gilmar Pereira da Silva et al. Belém: EDUFPA, 2007.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **Educação do campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas**. 2017. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Cap. 5.

Recebido: 22/6/2020. Aceito: 25/6/2020.

Sobre autores e contato:

Cristóvão da Silva Neves- Formado em Letras IEAA/UFAM, Mestrando do Programa de Pós – Graduação no Ensino de Ciências e Humanidades IEAA/UFAM. Email: cristovaosilvaneves28@gmail.com

Annanda Rayane Santos de Azevedo- Formado em Pedagogia IEAA/UFAM. Mestrando do Programa de Pós – Graduação no Ensino de Ciências e Humanidades IEAA/UFAM. Email: anandarayane@gmail.com

Adriana Francisca de Medeiros- Professora Dra. Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM. Email: afdemedeiros@gmail.com

Suely A. do N. Mascarenhas - Professora Dr. Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM. Email: suelyanm@ufam.edu.br

